



**ESTUDO DOS IMPACTOS FINANCEIROS AO ERÁRIO PÚBLICO
COM A MANUTENÇÃO DOS CARGOS INCONSTITUCIONAIS
INSTITUÍDOS PELA LEI N° 1.306/2017**

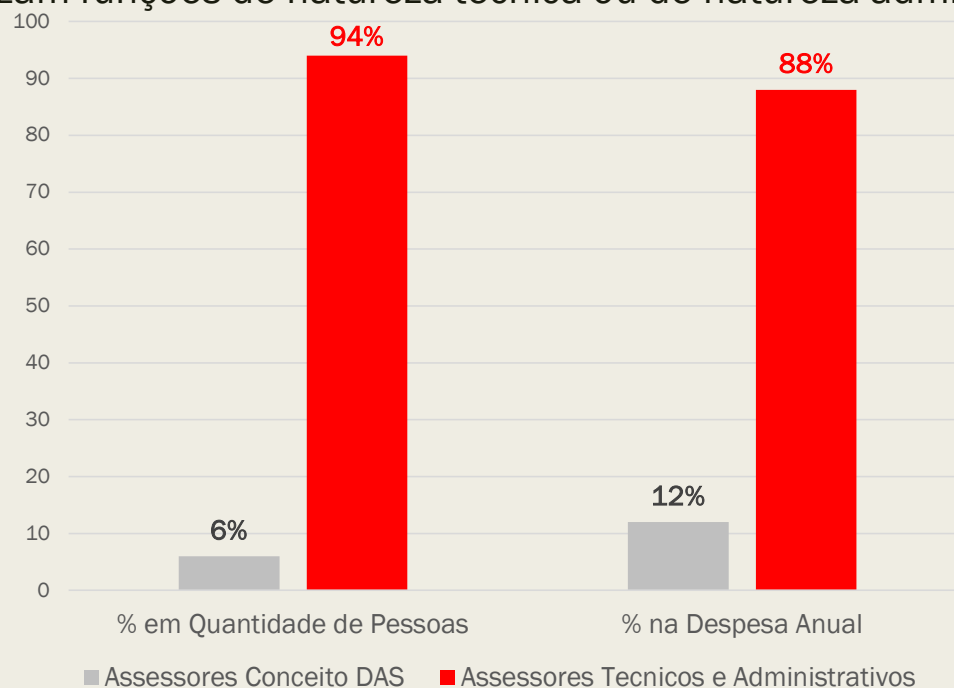
29 de maio de 2020

AGESP – Associação dos Gestores Públicos do Estado de São Paulo



Natureza da Função de Cargos Comissionados -> DAS: Direção / **Assessoramento** / Supervisão

Do total de cargos comissionados ditos de “assessoramento” da Administração Direta do Governo do Estado de São Paulo, apenas 6% exercem efetivamente funções de Assessoramento. Os demais 94% realizam funções de natureza técnica ou de natureza administrativa.



Base: 4370 Cargos Comissionados de Assessoramento com Despesa Anual de Folha de Pagamento de R\$ 242.458.429,28.

Fonte: Portal da Transparência - Estado de São Paulo - Últimos 12 meses (maio/19 a abril/20)

Representatividade de Cargos Comissionados com atribuições diferentes de “Assessoramento”

- Nota-se que no Governo do Estado de São Paulo, a função comissionada dita de “Assessoramento” foi sendo desvirtuada ao longo dos anos: a ampla maioria desses cargos atualmente abrange funções **técnicas e administrativas**, às quais a Constituição outorga a cargos concursados;
- Esse cargos representam 94% do quantitativo estudado e 88% da Despesa Anual com a Folha de Pagamento de Cargos de “Assessores”, representando a cifra anual de R\$ 242.5 milhões (maio/2019 a abril/2020);
- Estes cargos comissionados foram tendo suas denominações alteradas ao longo dos anos e, mais recentemente, por meio da Lei Complementar 1306/2017, tiveram seus prefixos renomeados de Assistente, Auxiliar e outros para “Assessor”, mantendo o vício de continuarem servindo ao propósito de serem ocupados por pessoas estranhas ao quadro efetivo para a realização de funções de natureza técnica ou administrativa;
- Dentre todos os cargos comissionados ditos de “assessoramento”, aqueles poucos que efetivamente aderem ao comando constitucional de realizarem funções de Assessoramento, são os seguintes:
 - *Assessor Especial do Governador I*
 - *Assessor Especial do Governador II*
 - *Assessor Particular*
 - *Assessor Técnico de Administração Superior II*
 - *Assessor Técnico de Gabinete IV*
 - *Assessor de Ouvidoria II*

QUANTIDADE DE CARGOS COMISSIONADOS DITOS “ASSESSORAMENTO” POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA (excluindo-se aqueles que efetivamente realizam funções de assessoramento)

No Estado de São Paulo há 4.370 cargos comissionados com nomenclatura de "Assessor", dos quais apenas 249 realizam efetivamente esta função. Os demais 4.121 cargos realizam funções técnicas ou administrativa, as quais deveriam estar sendo desempenhadas por servidores em cargos efetivos providos por concurso público. Estes 4.121 cargos desvirtuados estão distribuídos em 22 órgãos da Administração Direta. Uma média de 187 assessores por órgão, espalhados de alto a baixo por todos os níveis hierárquicos, evidenciam o uso abusivo e equivocado que vem sendo feito destes cargos.



Base: 4121 cargos comissionados, excluídos os pertencentes ao conceito “DAS”

Fonte: Portal da Transparência – Estado de São Paulo – Últimos 12 meses (maio/19 a abril/20)

DESPESA ANUAL COM CARGOS COMISSIONADOS POR ORGAO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA (EXCETO “DAS”)

O Estado de São Paulo gasta mais de 200 milhões por ano com esses cargos comissionados, em áreas técnicas ou administrativa , onde deveria privilegiar o principio da impessoalidade e do concurso público.

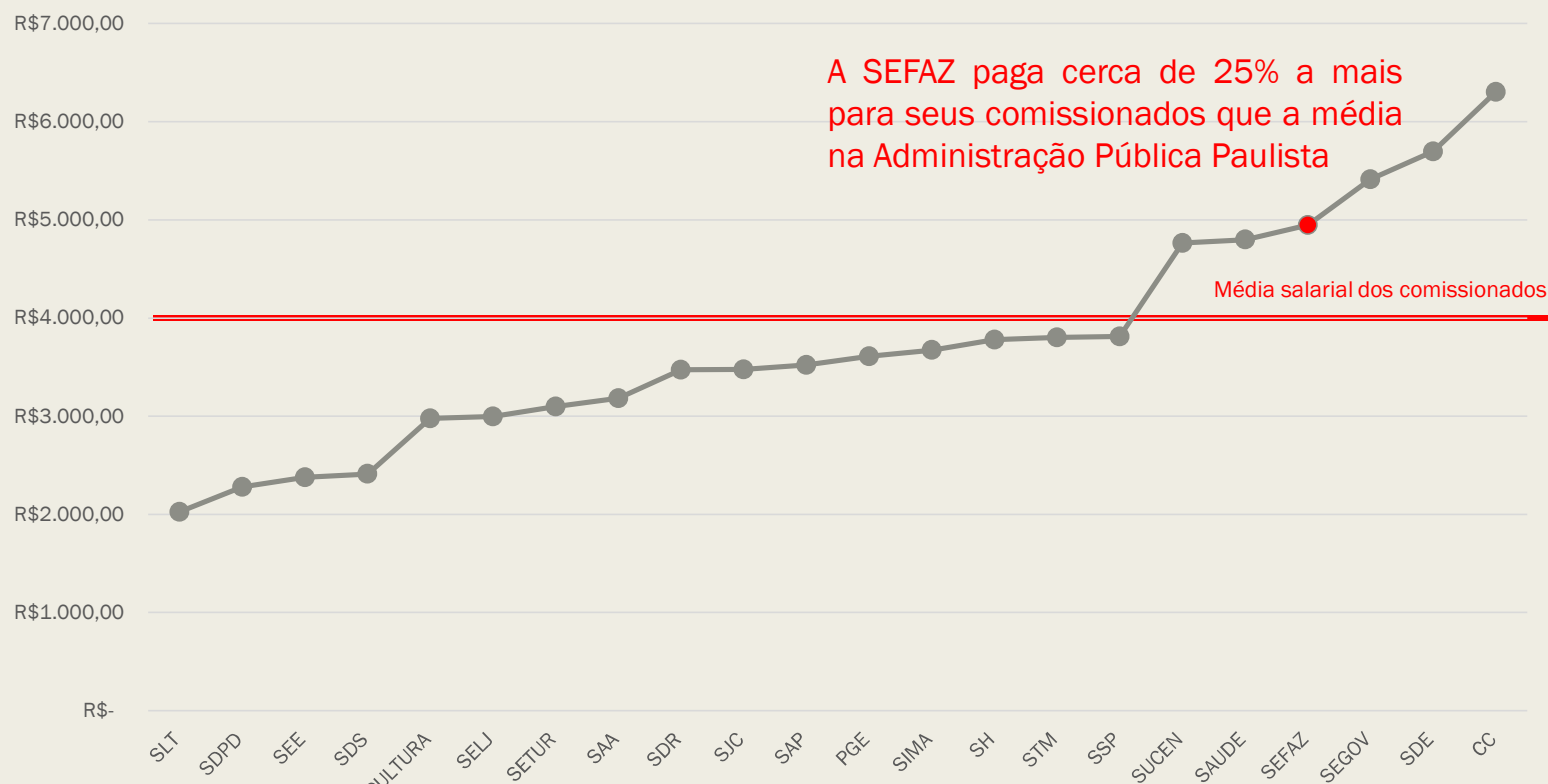


Base: R\$ 213.700.169,57 gastos com cargos comissionados, excluídos os pertencentes ao conceito “DAS”

Fonte: Portal da Transparência – Estado de São Paulo – Últimos 12 meses (maio/19 a abril/20)

Média de Salário dos Comissionados , sem função DAS

Os cargos que efetivamente realizam funções de Assessoramento são remunerados de acordo, com vencimentos que ultrapassam dois dígitos, ou seja acima de R\$ 10.000. Entretanto, a média salarial do total dos cargos ditos de "assessoramento" gira em torno de R\$ 4.000, remuneração mais próxima dos cargos técnicos e administrativos. Esta é mais uma evidência de que a ampla maioria destes cargos estão sendo usados para a realização de funções técnicas e administrativas em frontal violação aos princípios constitucionais.



Base: R\$ 213.700.169,57 gastos com cargos comissionados, excluídos os pertencentes ao conceito "DAS"

Fonte: Portal da Transparência - Estado de São Paulo - Últimos 12 meses (maio/19 a abril/20)

Consequência do Excesso de Comissionados

- Má prestação de serviços públicos – servidores sem *expertise* técnica para desempenho das funções;
- Elevados custos aos cofres públicos – folha anual de pagamento que supera R\$ 200.000.000,00;
- Evasão da carreira – desinteresse da própria categoria em permanecer nos cargos;
- Não abertura de novos concursos para preenchimentos dos cargos vagos, - supridos pelos comissionados;
- Inscrição da carreira no Banco de Contingenciamento de Empregos Públicos para extinção do cargo.

Classes	LC 1034/2008	BCEP *	LC 1352/2019 **	VAGAS	
	Criação dos Cargos de Gestão	DOESP 30/04/2019	Lei que dispõe sobre alterações do PIQ e extinguiu cargos da LC 1034	Existentes	Ocupados
Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas	800	217	300	500	351
Especialista em Políticas Públicas (EPPs)	500	408	300	200	73
Total	1300	625	600	700	424

* Banco de Contingenciamento de Empregos Públicos. Em 2020, a SEFAZ colocou mais 116 cargos de EPPs no BCEP (DOESP 30/04/2020)

** Lei que autorizou PIQ para outras carreiras não fazendárias, se manteve silente quanto à premiação aos APOFPs, mas extinguiu 600 cargos da Lei Complementar 1034/2008